

PROTA
Volume I – Visão e Sistemas Estruturantes

Outubro 2008

PROTA



plano
regional de
ordenamento do
território para a
região autónoma dos
açores

PROTA

ÍNDICE DE VOLUMES:

Volume I: Visão e Sistemas Estruturantes

Volume II: Modelo Territorial e Normas Orientadoras

ÍNDICE

VOLUME I – Visão e Sistemas Estruturantes

1. INTRODUÇÃO	5
1.1. Enquadramento legal e institucional	5
1.2. Âmbito territorial	10
1.3. Conteúdo material e documental	11
2. VISÃO ESTRATÉGICA GLOBAL DE SUPORTE AO MODELO TERRITORIAL DO PROTA	13
2.1. Enquadramento geo-estratégico da RAA: dimensão atlântica, ultra-perifericidade, conectividade e coesão	13
2.2. Açores 2016: uma VISÃO para a RAA	19
2.3. O sistema de VALORES	23
2.4. Uma MISSÃO para o PROTA	24
2.5. A proposta de VISÃO face às opções estratégicas da RAA	26
2.6. O PROTA e a estratégia de desenvolvimento rural (Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 –PRORURAL)	29
2.7. O PROTA e a estratégia de desenvolvimento sustentável para o sector das pescas na RAA	31
2.8. O PROTA e a estratégia de desenvolvimento sustentável para a RAA	32
3. SISTEMAS ESTRUTURANTES E OPÇÕES DE MATRIZ SECTORIAL	35
3.1. Nota preliminar	35
3.2. Sistemas produtivos	36
3.3. Sistemas de protecção e valorização ambiental	60
3.4. Sistemas urbano e rural	95
3.5. Sistemas de acessibilidades e equipamentos	125

ANEXO

Quadro 1 – Avaliação qualitativa da oferta e da procura de solo urbano (não industrial)

Quadro 2 – Variação percentual do solo urbano nos PDM (Áreas de expansão urbana em relação a Áreas urbanas) e da população (projeções para 2016)

FICHA TÉCNICA

DIRECÇÃO E COORDENAÇÃO

Secretaria Regional do Ambiente e do Mar - Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos

Prof. Doutor José Virgílio Cruz

Director Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos

Arq.º Paisagista Rui Monteiro da Câmara Pereira

Director dos Serviços do Ordenamento do Território

Dr. Mário Nuno Âmbar Freitas

Encarregado de Missão do Plano

Arq.ª Paisagista Sílvia Áspera Furtado

Técnica Superior da Direcção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos.

EQUIPA TÉCNICA

Domínios	Elementos da Equipa Técnica	Instituição
Núcleo de Coordenação (NC)	Prof. Doutor Paulo Pinho (Coord.)	Lab. de Planeamento/FEUP
	Prof. Dr. António Manuel Figueiredo	Quatenaire Portugal
	Arqt. ^a Ana Barroco	Quatenaire Portugal
	Eng. ^o Artur Costa	Quatenaire Portugal
Núcleo de Gestão da Informação (NGI)	Dr. ^a Isabel Leal	Quatenaire Portugal
	Dr. Daniel Miranda	Quatenaire Portugal
Apoio à Participação Pública	Dr. Carlos Castro de Almeida	
Especialistas Sectoriais		
Acessibilidades, Transportes e Logística	Eng. ^o Faustino Gomes	TIS.pt
	Dr. Pedro Santos	TIS.pt
	Eng. ^a Fátima Santos	TIS.pt
Actividades Económicas	Prof. Dr. António Manuel Figueiredo	Quatenaire Portugal
	Prof. Doutor Mário Rui Silva	FEP
	Mestre Hermano Rodrigues	SIGMA TEAM
	Dr. Paulo Alves	Quatenaire Portugal
Coesão Sócio-Territorial	Prof. Doutora Helena Santos	FEP
	Dr. ^a Lurdes Cunha	Quatenaire Portugal
Conservação e Gestão da Natureza	Prof. Doutor Paulo T. dos Santos	FCUP
	Mestre Nuno Cruz	FCUP
Defesa Nacional, Segurança e Protecção Civil	Coronel António Feijó Gomes	Instituto de Defesa Nacional
	Tenente-Coronel Manuel Silva	Instituto de Defesa Nacional
Perigos Geológicos	Centro de Vulcanologia e Avaliação de Riscos Geológicos	Universidade dos Açores
Demografia	Dr. ^a Isabel Leal	Quatenaire Portugal
Desenvolvimento Rural	Prof. Doutor Leonardo Costa	Universidade Católica
Equipamentos Colectivos	Eng. ^o Artur Costa	Quatenaire Portugal
	Eng. ^a Joana Pinho	Quatenaire Portugal
Infra-estruturas Energéticas e de Comunicações	Prof. Doutor Pimenta Alves	INESC
	Prof. Doutor Manuel Matos	INESC
	Eng. ^o António Gaspar	INESC
Património Histórico e Cultural	Dr. José Portugal	Quatenaire Portugal
Gestão da Água e Saneamento Ambiental	Eng. ^o Sérgio Gonçalves da Costa	Universidade do Minho
Sistema Urbano	Prof. Doutor Paulo Pinho	Lab. de Planeamento/FEUP
Urbanismo e Habitação	Prof. Doutor Brandão Alves	Lab. de Planeamento/FEUP
	Prof. Doutor Paulo Conceição	Lab. de Planeamento/FEUP
	Arqt. ^o Ricardo Pereira	Lab. de Planeamento/FEUP
	Arqt. ^a Paisagista Ana Barroco	Quatenaire Portugal
Uso do Solo	Arqt. ^a Rute Afonso	Quatenaire Portugal
	Arqt. ^o Paisagista Rui Figueiredo	Quatenaire Portugal

1. INTRODUÇÃO

1.1. Enquadramento legal e institucional

O Plano Regional de Ordenamento do Território da Região Autónoma dos Açores (PROTA) foi iniciado por decisão do Governo Regional (Resolução n.º 43/2003, de 10 de Abril), ao abrigo da Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto e em conformidade com o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro e ainda pelo Decreto Legislativo Regional n.º 14/2000/A, de 23 de Maio, e posteriores alterações.

De acordo com a Resolução do Governo Regional são objectivos estratégicos do PROTA:

- Desenvolver, no âmbito regional, as opções nacionais da política de ordenamento do território e das políticas sectoriais traduzindo, em termos espaciais, os grandes objectivos de desenvolvimento económico, social e ambiental da Região Autónoma dos Açores (RAA);
- Formular a estratégia regional de ordenamento territorial e o sistema de referência para a elaboração de planos especiais, intermunicipais e municipais de ordenamento do território;
- Orientar a compatibilização prospectiva das diferentes políticas sectoriais com incidência espacial, com destaque para o ambiente e recursos naturais, acessibilidades, transportes e logística, agricultura e desenvolvimento rural, economia, turismo e património cultural;
- Introduzir a especificidade do planeamento e gestão integrada de zonas costeiras tendo em conta, entre outros aspectos, a diversidade de situações de ocupação humana, os valores ecológicos existentes e as situações de risco identificadas;

- Contribuir para a atenuação das assimetrias de desenvolvimento intra-regionais, atendendo às especificidades de cada ilha;
- Promover a estruturação do território, definindo a configuração do sistema urbano, rede de infra-estruturas e equipamentos, garantindo a equidade do seu acesso, bem como as áreas prioritárias para a localização de actividades económicas e de grandes investimentos públicos;
- Defender o valor da paisagem, bem como o património natural e cultural enquanto elementos de identidade da Região, promovendo a sua protecção, gestão e ordenamento, em articulação com o desenvolvimento das actividades humanas;
- Reforçar a participação dos agentes e entidades interessadas, através da discussão e validação das opções estratégicas do modelo territorial adoptado.

A elaboração do PROTA foi ainda enquadrada por um conjunto de instrumentos de base normativa ou de carácter programático em vigor na Região, apresentados nos Estudos de Fundamentação Técnica (EFTs), como são, por exemplo, os planos sectoriais ou os planos especiais de ordenamento do território, que se traduzem essencialmente num valor jurídico de efeitos vinculativos para a administração regional, com excepção dos planos especiais de ordenamento do território que vinculam também os privados.

Como instrumento de gestão territorial de natureza essencialmente estratégica, o PROTA ancorou a sua proposta de modelo territorial tanto nas opções de base regional como nas de base nacional, conforme a sua tradução no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), publicado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2006, de 27 de Abril.

O primeiro elemento a destacar é o da importância que o território açoriano assume no PNPOT para o desenvolvimento geoestratégico de Portugal e a afirmação da soberania nacional, ao mesmo tempo que são reconhecidas as fragilidades e as ameaças que decorrem da sua situação de ultraperifricidade e fragmentação territorial.

Do ponto de vista prático, e face a estas características territoriais, a reflexão estratégica em que assentam as opções do PROTA, desenvolvida e regionalmente consagrada nas fases anteriores dos trabalhos do Plano Regional, foi integralmente assumida pelo próprio PNPOT. As opções do PNPOT assentam numa análise de contexto que em tudo é coerente com aquela que o PROTA incorpora e na qual se vão ancorar as suas próprias opções. Nos parágrafos seguintes são evidenciados alguns extractos do PNPOT, que demonstram a adopção ao nível nacional das opções regionais.

O contexto estratégico

A Região Autónoma dos Açores pela sua localização no oceano Atlântico corresponde a um importante activo da afirmação geo-estratégica nacional e um pólo incontornável de disseminação da presença portuguesa no mundo. O carácter ultraperiférico dos Açores relativamente ao território da União Europeia cria, ainda, mais valias relativamente à valorização da dimensão marítima deste espaço e ao aprofundamento de relações de cooperação internacional.

O aprofundamento da autonomia regional potencia a adopção das decisões estratégicas mais adequadas ao desenvolvimento e à afirmação do arquipélago no contexto nacional e na Europa das Regiões.

A estratégia territorial a adoptar a nível da Região Autónoma dos Açores depende de uma série de factores, entre os quais se destacam:

1º. Reconhecimento institucional, a nível nacional e da União Europeia, de que o mar é uma mais valia potenciadora de desenvolvimento.

2º. Crescente valorização do estatuto de ultra-periféricidade no âmbito da União Europeia, e aumento do grau de cooperação entre estas regiões naquele espaço.

3º. Tendência para a estabilização demográfica, caracterizada por ganhos populacionais que, embora moderados, contrariam um período alargado de perdas de população na RAA.

4º. Existência de um potencial para o crescimento da mão-de-obra na RAA, o que permite formular com antecipação estratégias de integração no mercado de trabalho de sectores da população ainda parcialmente à margem do mesmo.

5º. Existência de um quadro nacional e da União Europeia que favorece a qualificação de capital humano e o desenvolvimento do mercado de trabalho.

6º. Afirmação de um quadro institucional nacional e da União Europeia devotado às políticas de inovação, de desenvolvimento científico e de utilização de novas tecnologias de informação e comunicação.

7º. Desenvolvimento do potencial científico e técnico associado à utilização de energias alternativas e à modernização das infra-estruturas energéticas.

8º. Modernização da infra-estrutura tecnológica associada às comunicações na RAA, com a diversificação e alargamento da oferta e a adopção de sistemas de processamento digital da informação por parte da administração pública regional.

9º. *Modernização das infra-estruturas de transportes, com aproveitamento dos fundos estruturais dimanados da União Europeia.*

10º. *Intensificação dos fluxos de transporte aéreo e marítimo, associado ao combate ao isolamento decorrente da fragmentação territorial existente na RAA.*

11º. *Forte sustentabilidade do sistema de transporte existente, com elevado número de deslocações locais sem recurso a transportes motorizados.*

12º. *Potencial de diversificação das actividades económicas associadas aos sectores de especialização tradicional, nomeadamente a pecuária, os lacticínios e as pescas.*

13º. *Desenvolvimento do potencial turístico regional, potenciando a atracção de recursos humanos e empresariais endógenos e exógenos à RAA, e elegendo a qualidade como um objectivo essencial para o mercado.*

14º. *Reforço da aposta turística em destinos que, quer do ponto de vista ambiental, quer sociocultural, são alvo de políticas tendentes à sua preservação e à manutenção do seu funcionamento ecológico.*

15º. *Aproveitamento de novas oportunidade que potenciem o aumento e diversificação das acessibilidades, combatendo a fragmentação territorial e a ultra-periféricidade.*

16º. *Potencial de diversificação da actividade económica associada ao desenvolvimento turístico, nomeadamente do comércio, dos transportes e comunicações, da imobiliária e de outros serviços especializados.*

17º. *Esforço de manutenção da estruturação e formas de ocupação urbana predominantemente qualificadas, em detrimento da degradação do ambiente urbano tradicional e da degradação do património edificado.*

18º. *Combate à tendência de abandono das edificações e aglomerados rurais.*

19º. *Crescente consciencialização da população para a necessidade de preservação do património natural (biológico, geológico e paisagístico) e construído, como elemento coerente do território e traço distintivo e de afirmação da RAA a nível nacional e internacional.*

20º. *Desenvolvimento de instrumentos de gestão territorial eficazes, que estruturam adequadamente o território, promovendo a valorização dos recursos naturais e a protecção da paisagem.*

21º. *Crescente afirmação da comunidade científica regional em redes de ciência e tecnologia internacionais, em que as áreas da oceanografia, do ambiente e das geociências são exemplos.*

Resultam desta leitura da realidade e das principais tendências da base territorial, social, cultural e económica dos Açores algumas opções estratégicas territoriais cuja concretização compete também ao PROTA e que são uma das referências para o modelo territorial que se apresenta na página seguinte.

Região Autónoma dos Açores – Opções estratégicas territoriais

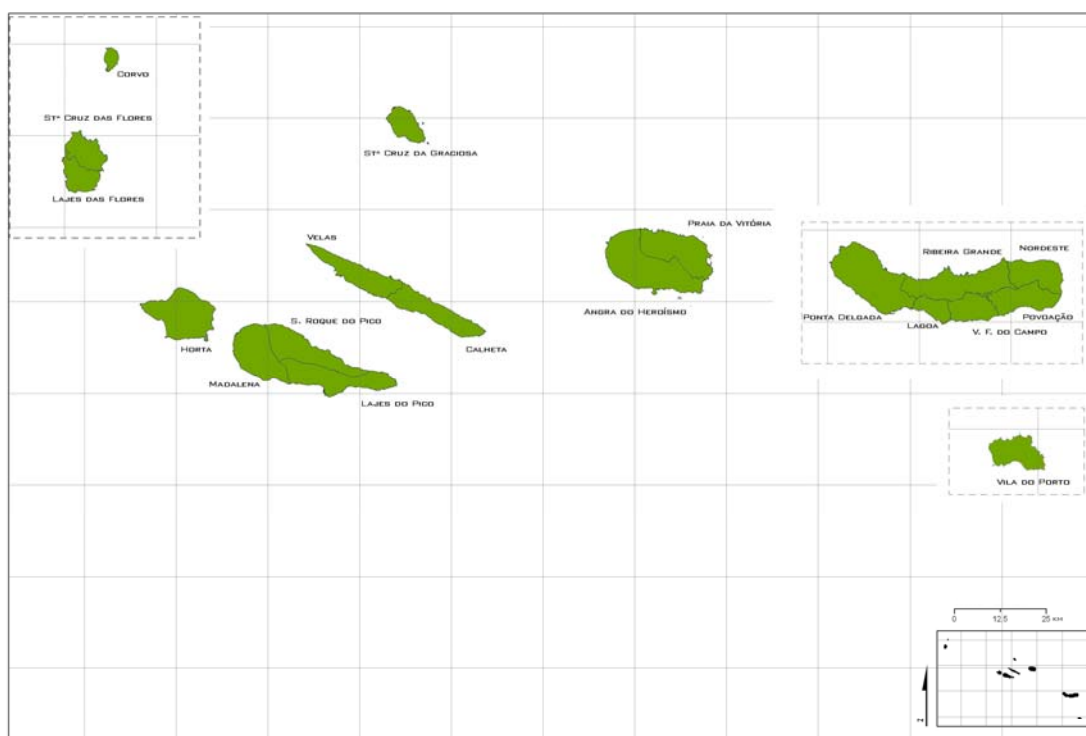
- *Dinamizar o crescimento económico e a competitividade das empresas, valorizando os recursos naturais existentes e as especificidades regionais, e acautelando o impacto ambiental e territorial decorrente da actividade produtiva.*
- *Diferenciar a região positivamente pela produção de produtos agro-alimentares de qualidade, por uma reconhecida segurança alimentar e por produtos de alto valor acrescentado.*
- *Promover modelos de acessibilidade e mobilidade de forma a mitigar os efeitos de isolamento decorrentes da fragmentação territorial e da ultra-perificidade.*
- *Apostar na RAA como um espaço de excelência científica e tecnológica, com particular incidência nos domínios da insularidade, sustentabilidade e maritimidade, com capacidade de fomentar a captação de população de qualificação elevada.*
- *Considerar como objectivo da RAA a adopção da Qualidade como elemento distintivo, promovendo a adopção do conceito quer no sector público, quer no sector privado.*
- *Implementar práticas que tornem a Administração Pública como uma estrutura eficaz, moderna, suportada nas melhores tecnologias de informação e comunicação, facilitando a acessibilidade ao cidadão.*
- *Fazer com que os Açores sejam uma região de referência na utilização das tecnologias de informação e comunicação, de forma a mitigar a ultra-perificidade e a fragmentação territorial.*
- *Assegurar níveis elevados de auto-suficiência e segurança energética.*
- *Incrementar a coesão social arquipelágica, distribuindo equitativamente os serviços sociais e promovendo a igualdade de oportunidades.*
- *Qualificar os Açores como destino turístico de excelência, dotado de especificidades regionais de elevado valor acrescentado, e em que o turismo de natureza, de descoberta e do golfe e rural sejam apostas consolidadas.*
- *Valorizar os recursos naturais, a biodiversidade, a paisagem e o património cultural e social como mais-valia para o desenvolvimento regional.*
- *Tornar a RAA uma região de excelência ao nível do ordenamento territorial e do planeamento ambiental, dotando-a de um edifício coerente e eficaz.*
- *Integrar, de forma premente, a temática dos riscos naturais nos diversos instrumentos de gestão territorial, de forma a estruturar respostas em caso de catástrofe natural.*

1.2. Âmbito territorial

O PROTA aplica-se a todo o território da RAA, constituído por nove ilhas, geograficamente distribuídas em três grupos a que correspondem 19 municípios, designadamente:

- Grupo Ocidental: Flores (St^a Cruz das Flores e Lajes das Flores) e Corvo (Corvo);
- Grupo Central: Faial (Horta), Pico (Madalena, Lajes do Pico e São Roque do Pico), São Jorge (Calheta e Velas), Graciosa (St^a Cruz da Graciosa) e Terceira (Angra do Heroísmo e Praia da Vitória);
- Grupo Oriental: São Miguel (Ponta Delgada, Lagoa, Vila Franca do Campo, Nordeste, Povoação e Ribeira Grande) e St^a Maria (Vila do Porto).

Figura 1
: Municípios da Região Autónoma dos Açores



Dada a sua localização, a RAA representa um importante activo da afirmação geo-estratégica nacional e um pólo incontornável de disseminação da presença portuguesa no mundo. O carácter ultraperiférico dos Açores relativamente ao território da União Europeia cria, ainda, mais valia relativamente à valorização da dimensão marítima deste espaço e ao aprofundamento de relações de cooperação internacional.

A importância do mar para a Região assume, neste contexto, um interesse vital como espaço de coesão, de recursos e de desenvolvimento de actividades marítimas, científicas e de recreio e lazer. Este interesse determina a inclusão deste território no âmbito do PROTA, particularmente importante na perspectiva da gestão integrada da orla costeira e no desenvolvimento de medidas específicas para as actividades e infra-estruturas relativas ao mar ou que com ele se relacionem directamente.

1.3. Conteúdo material e documental

O PROTA respeita a definição de conteúdos estabelecida pelo artigo 54º do Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de Setembro na versão republicada no Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro.

O PROTA é composto por dois volumes:

- O volume I apresenta: no capítulo 1, o enquadramento da elaboração do PROTA, o âmbito territorial e o conteúdo material e documental do plano; no capítulo 2, a visão estratégica global de suporte ao modelo territorial do PROTA; no capítulo 3, os sistemas estruturantes de expressão territorial que compõem o modelo territorial e as opções de matriz sectorial, acompanhadas das representações cartográficas de cada um dos sistemas estruturantes por ilha;
- O volume II apresenta: no capítulo 1, a proposta de modelo territorial para o arquipélago e para cada uma das ilhas (sintetizando as representações cartográficas dos sistemas estruturantes); no capítulo 2, as normas orientadoras de suporte à gestão do modelo territorial

(gestão e uso do território), integrando normas gerais, normas específicas de base sectorial e normas de base territorial formuladas por ilha.

O PROTA é ainda acompanhado pelos seguintes documentos:

- Os Estudos de Fundamentação Técnica, que integram as caracterizações da Região nos domínios técnicos que foram considerados essenciais para fundamentar os sistemas estruturantes do modelo territorial;
- O diagnóstico estratégico e os cenários de desenvolvimento propostos para a Região;
- O programa de execução, contendo as disposições indicativas sobre a realização das obras públicas a efectuar na Região, bem como de outros objectivos e acções de interesse regional indicando as entidades responsáveis pela respectiva concretização e as fontes e estimativa de meios financeiros necessários;
- O relatório ambiental, no qual se descrevem e avaliam os eventuais efeitos significativos no meio resultantes da aplicação do plano, tendo em conta os objectivos e o âmbito de aplicação territorial respectivos.

2. VISÃO ESTRATÉGICA GLOBAL DE SUPORTE AO MODELO TERRITORIAL DO PROTA

2.1. Enquadramento geo-estratégico da RAA: dimensão atlântica, ultra-perifericidade, conectividade e coesão

Os trabalhos que conduziram à elaboração da proposta preliminar de modelo territorial para a RAA incluíram entre os domínios de fundamentação técnica e de concepção da visão inspiradora desse modelo uma componente, considerada fundamental, de aprofundamento do enquadramento geo-estratégico da Região.

Esta componente suscita uma atenção particular tendo em conta o estatuto de autonomia da Região e conhecida que é a debilidade com que os documentos relevantes de política nacional, incluindo o próprio Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), equacionam a mais valia da RAA enquanto activo de internacionalização do País.

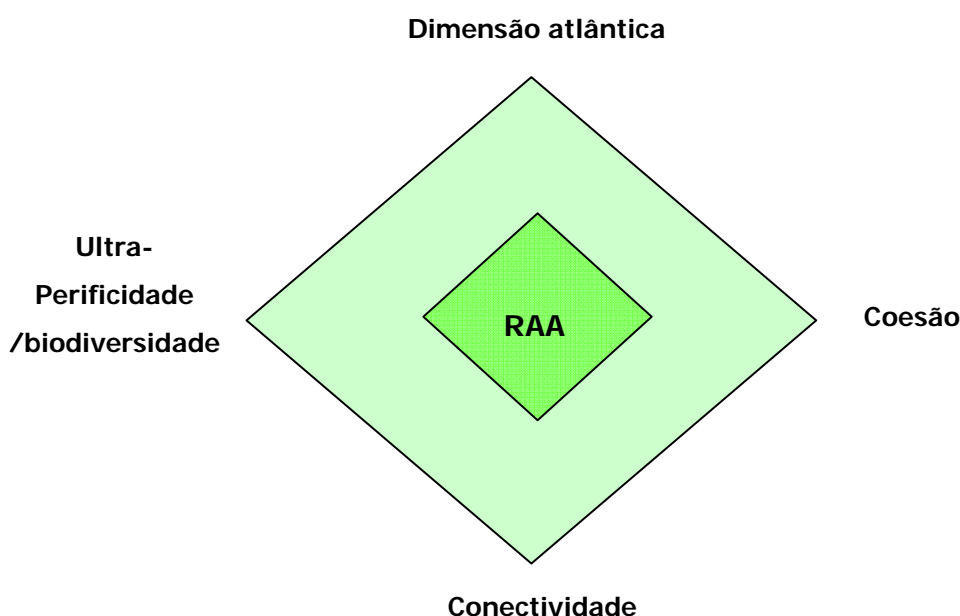
A inserção geo-estratégica dos Açores é, no PROTA, equacionada a quatro níveis:

- no plano geo-político de arquipélago oceânico e de activo específico da dimensão atlântica da presença de Portugal no mundo;
- no plano institucional do aprofundamento da autonomia regional e de um novo ciclo de políticas públicas ajustadas à transição da economia açoriana;
- no plano de região ultra-periférica com contributo potencial relevante para a valorização do espaço marítimo da União Europeia, para a afirmação do potencial de biodiversidade do espaço europeu e para a valorização de novas relações de proximidade e cooperação com territórios e regiões do Atlântico Sul e da região da Macaronésia em particular;
- no plano de uma vocação produtiva capaz de afirmar a viabilidade da sustentabilidade ambiental como vector de geração de actividades produtivas valorizadoras dessa sustentabilidade, de incremento da capacidade regional de

produção de conhecimento científico de excelência e socialmente útil e de atracção de recursos humanos qualificados.

Destes quatro níveis de inserção resultam quatro dimensões incontornáveis para o enquadramento geo-territorial dos trabalhos do PROTA e do modelo territorial que o corporiza: dimensão atlântica, ultra-perifericidade/biodiversidade, conectividade e coesão.

Figura 2
: Enquadramento geo-estratégico da Região Autónoma dos Açores



A figura anterior procura realçar a intrínseca interdependência entre as quatro dimensões do enquadramento estratégico. Tal interdependência constrói-se não ignorando as vulnerabilidades da Região, antes pelo contrário visando um enquadramento que as minimize.

No plano geo-político, o papel dos Açores na afirmação da dimensão atlântica da presença de Portugal no contexto internacional transcende a sua inserção na União Europeia e a tradicional referência à situação geo-estratégica da Base das Lajes na Terceira. A intervenção activa dos Açores no relacionamento euro-atlântico com os Estados Unidos da América (EUA), a mobilização da sua diáspora e o fortalecimento de

relações de cooperação e intercâmbio económico e cultural no âmbito da região da Macaronésia constituem espaços possíveis de afirmação e representação da RAA.

No plano do aprofundamento da autonomia regional, está sobretudo em jogo a consolidação de um modelo de política regional para o território susceptível de colocar a RAA num lugar de relevo na Europa das Regiões, dinamizando a emergência sustentada de iniciativa, combinando-a virtuosamente com níveis de intervenção pública compatíveis com as necessidades de discriminação positiva do território.

No âmbito do estatuto de região ultraperiférica europeia, o conceito geo-estratégico adoptado pelo PROTA consiste em, simultaneamente, defender a discriminação positiva necessária ao estatuto de ultra-periferia e na defesa da RAA como activo específico da valorização do espaço marítimo da União Europeia e da afirmação do potencial de biodiversidade do espaço europeu. Nesse contexto de referência, a inserção geo-estratégica dos Açores passa pela valorização crescente do papel do sistema científico e tecnológico regional e da fileira do mar, apostas em que a RAA se assume como parceiro incontornável na dinamização de qualquer projecto, nacional ou europeu, orientado para tais objectivos.

Finalmente, no quadro da vocação produtiva, a RAA visa assumir-se como uma região europeia diferenciada pela excelência do modo como a base produtiva valoriza a sustentabilidade ambiental e o potencial de biodiversidade. A consagração da região como destino relevante no âmbito do turismo sustentável, a valorização da produção regional de energias renováveis, o domínio da qualidade e segurança alimentares e o desenvolvimento de serviços e de tecnologias de informação e comunicação, ajustados à dimensão ultra-periférica e fragmentada do território, constituem vectores de um quadro estratégico de futuro. Potenciando a articulação coerente entre estes domínios de aposta, a valorização do sistema científico e tecnológico regional em áreas pertinentes, a defesa da sua excelência nos planos nacional e europeu e a sua transformação em factor de atracção de recursos humanos qualificados à Região constituem elementos fundamentais da visão de suporte ao modelo territorial do PROTA.

Como é compreensível, a componente de enquadramento estratégico não tem implicações directas na totalidade dos diferentes aspectos que integram a representação analítica e simbólica do modelo territorial em curso de evolução na RAA e na proposta emanada do PROTA. No entanto, a VISÃO ESTRATÉGICA que suporta os trabalhos do PROTA é indissociável do modo como é compreendido o enquadramento estratégico da Região.

Podemos dizer que a representação desse enquadramento estratégico influencia o que poderíamos chamar o estágio superior da política territorial, ou seja, a geo-estratégia.

Sabe-se como esta questão, considerada essencial em qualquer exemplo de planeamento territorial, assume no quadro de um arquipélago uma relevância redobrada. Mais ainda no contexto da RAA em que se combinam as questões de fragmentação territorial e o seu carácter longínquo, constituindo o que alguns autores e intelectuais Açorianos designam de dupla insularidade.

O cartograma 1 pretende representar simbólica e esquematicamente a inserção geo-estratégica da RAA. Nesta representação, surgem destacadas as apostas de inserção prioritária da RAA, às quais deverão corresponder compreensivelmente as melhores condições possíveis de conectividade. Aliás, a ideia de conectividade (em termos de sistemas de transportes, de tecnologias de informação e comunicação, ligações culturais, diplomáticas e de política de cooperação) assume-se como uma condição vital de minimização das condições de dupla insularidade.

Essa questão transparece claramente da representação do modelo territorial do arquipélago como um todo (cartograma 2, apresentado no capítulo 1 do volume 2) e projecta-se necessariamente na proposta de modelo territorial para as diferentes ilhas do arquipélago.

No cartograma 1, para além das relações historicamente fundamentais da RAA com o Continente, União Europeia no âmbito da qual a sua dimensão atlântica não pode ser ignorada, e Estados Unidos da América, outras inserções emergem com impacto potencial no modelo de desenvolvimento da Região.

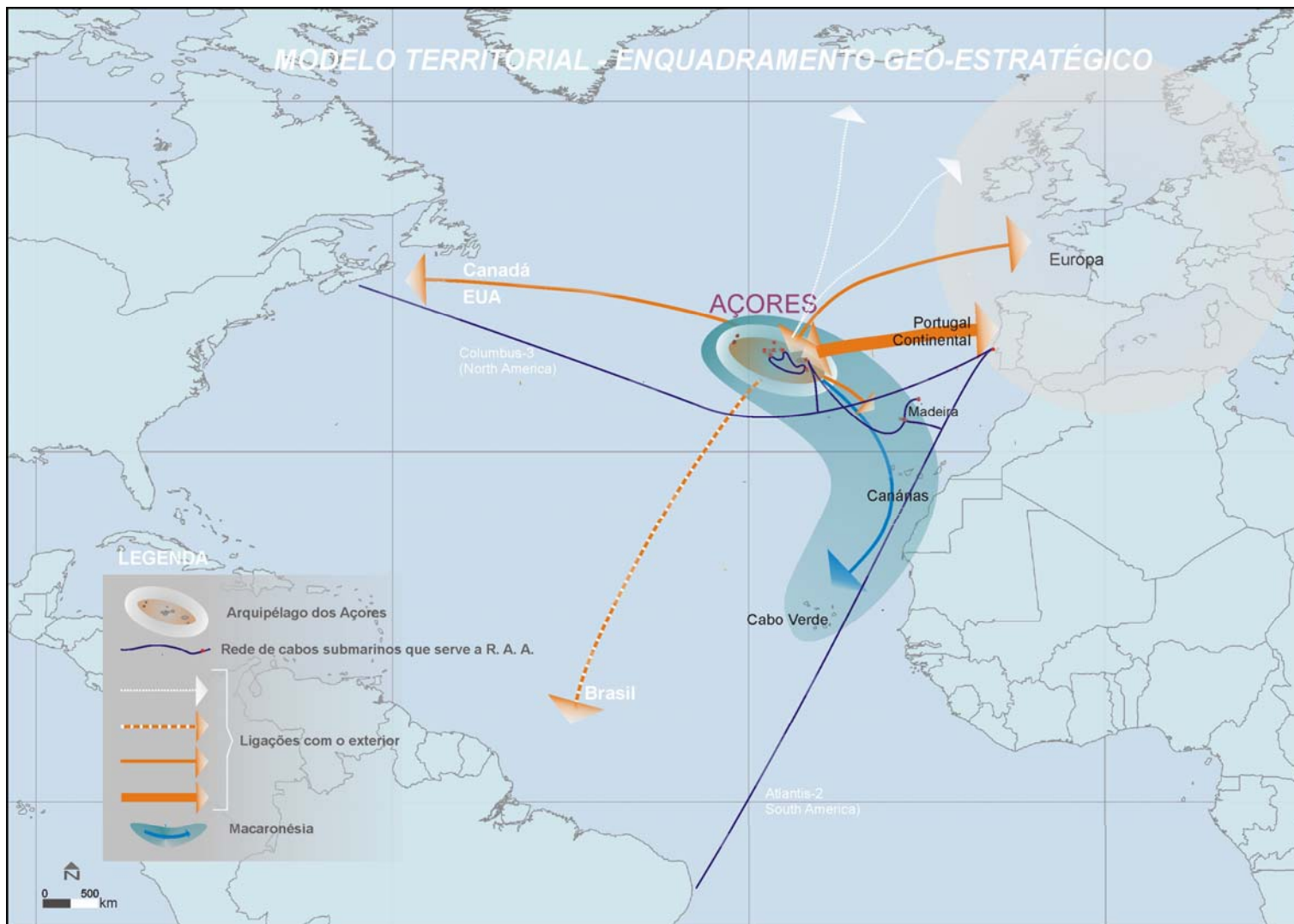
Assim, destaque-se a relevância atribuída à construção desejável de um novo espaço de proximidade no âmbito da Macaronésia, como preocupação de viabilização de novos mercados de relacionamento para a Região, objectivo fundamental de minimização dos efeitos da ultra-perifericidade.

Sublinhe-se ainda a relação que, por via essencialmente do investimento privado, pode emergir com o Brasil.

Por fim, mais como “benchmarking” possível, sobretudo do modo como a incorporação vigorosa de conhecimento, investigação, tecnologias de informação e comunicação e cultura pode valorizar os recursos da biodiversidade, situam-se os Açores face a outros ambientes insulares do Norte da Europa, com os quais diferentes trajectórias de excelência podem ser referenciadas e acompanhadas.

Sublinhe-se, novamente, que a interpretação do cartograma 1 ganha conteúdo quando lida conjuntamente com o cartograma 2 (do volume 2) que representa simbolicamente o modelo territorial do arquipélago.

Cartograma 1
: Modelo Territorial. Enquadramento geo-estratégico



2.2. Açores 2016: uma VISÃO para a RAA

O modelo territorial do PROTA foi concebido de modo a criar as condições pertinentes para que, em 2016, os Açores possam emergir como uma Região em evolução consolidada para um novo perfil de afirmação, diferenciada no contexto nacional e das regiões europeias e caracterizada pelos seguintes traços de futuro:

UM ESPAÇO DE EXCELÊNCIA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA NOS DOMÍNIOS DA INSULARIDADE, MARITIMIDADE E SUSTENTABILIDADE COM CAPACIDADE DE ATRACÇÃO DE POPULAÇÃO JOVEM QUALIFICADA.

Trata-se, na nossa perspectiva, do elemento mais estruturante da Visão proposta e, simultaneamente, do seu elemento de maior ambição. Pressupõe objectivos e metas muito ambiciosos na totalidade dos domínios científicos identificados com as questões da insularidade, maritimidade e sustentabilidade e a abertura para um processo de mudança social e de urbanidade compatíveis com a atracção de população jovem qualificada.

UM DESTINO TURÍSTICO DE REFERÊNCIA NOS DOMÍNIOS DO TURISMO RURAL, DO TURISMO NATUREZA, DO TURISMO DESCOBERTA E DO GOLFE, COM MAIOR VALOR ACRESCENTADO REGIONAL.

Trata-se, neste caso, de um processo de focagem competitiva da capacidade hoteleira já instalada, das dinâmicas de procura emergente e da aposta em novas correntes de procura turística sensíveis às características sociais e de paisagísticas dos Açores.

UMA REGIÃO RECONHECÍVEL DIFERENCIADAMENTE POR PRODUTOS AGRO-ALIMENTARES DE REFERÊNCIA DE QUALIDADE, DE SEGURANÇA ALIMENTAR E COM MAIOR INCORPORAÇÃO DE CONHECIMENTO.

Largamente articulada com a focagem competitiva da oferta e da procura turísticas da RAA, que constitui o principal nicho de mercado indutor de novas procuras para os produtos regionais, este elemento da Visão consagra, simultaneamente, o carácter incontornável da fileira agrícola e agro-alimentar nos Açores e um rumo para a evolução do valor acrescentado regional nesse domínio. Dada a perda de capacidade

empresarial regional nos domínios da transformação agro-alimentar, este elemento da Visão é portador de uma grande ambição estratégica em matéria de atracção e negociação de investimento exterior à RAA.

UMA REGIÃO DE REFERÊNCIA NA UTILIZAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) COMO FORMA DE COMBATE À ULTRA-PERIFERICIDADE E À FRAGMENTAÇÃO TERRITORIAL E NO ORDENAMENTO TERRITORIAL.

Complementar da Visão da RAA como território de excelência científica para os domínios da insularidade, maritimidade e sustentabilidade, a ambição coloca-se na necessidade de colocar os Açores no seio de outras regiões europeias (designadamente do Norte da Europa) consideradas exemplares no modo como têm utilizado as TIC no combate à excentricidade geográfica e à fragmentação /dispersão territorial. A proposta de unidades de ordenamento nas ilhas menos povoadas é indissociável do papel a atribuir às TIC como factor criador de novos espaços relacionais e de não isolamento informacional em áreas remotas.

UMA REGIÃO COM NÍVEIS ELEVADOS DE AUTO-SUFICIÊNCIA E SEGURANÇA ENERGÉTICAS.

Pode considerar-se uma condição necessária da ambição inerente às restantes apostas constitutivas da Visão Açores 2016. Constitui simultaneamente uma aposta reactiva (combater uma vulnerabilidade) e proactiva, na medida em que é compatível e reafirma a opção de excelência e diferenciação que caracteriza a proposta de Visão.

Esta opção materializa-se num conjunto diversificado de apostas, a maioria das quais com fortes implicações territoriais:

- Reduzir os níveis de vulnerabilidade da oferta de fontes tradicionais de energia;
- Maximizar as condições de produção de energias renováveis, nomeadamente eólica e biomassa, generalizadamente a todo o arquipélago, consagrando soluções compatíveis de ordenamento territorial e paisagístico;

- Valorizar as condições endógenas de produção de energia solar fotovoltaica mediante a introdução de incentivos fiscais favoráveis à sua aplicação em redes locais e isoladas e à generalização da microgeração, designadamente no quadro da actividade turística;
- Valorizar as condições de produção de geotermia nas ilhas de S. Miguel e da Terceira e avaliar as condições de exploração geotérmica no Faial equacionando científica e tecnologicamente as hipóteses de envolvimento na distribuição do grupo Faial – Pico - S. Jorge;
- Valorizar as fontes de produção de energia hídrica com relevo particular para a exploração de todo o potencial das Flores nesse domínio;
- Promover a utilização generalizada no arquipélago de veículos automóveis eléctricos e híbridos, valorizando a incorporação de energias renováveis na circulação automóvel;
- Potenciar a RAA como região de excelência no contexto da União Europeia relativamente à redução da emissão de gases com efeito de estufa.

UMA REGIÃO PIONEIRA NA PROMOÇÃO DE MODELOS DE ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE AJUSTADOS À MINIMIZAÇÃO DA FRAGMENTAÇÃO TERRITORIAL E DA INSULARIDADE E À DEFESA DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E PAISAGÍSTICA.

A combinação virtuosa de políticas de promoção de mobilidade inter-ilhas, nacional e internacional e de melhoria das condições de acessibilidade intra-ilhas, em termos compatíveis com a sustentabilidade ambiental e paisagística, integra a Visão também numa perspectiva simultaneamente reactiva e proactiva. Trata-se de uma aposta reactiva na medida em que a fragmentação territorial e a insularidade não podem ser consideradas estigmas não susceptíveis de ser minimizados. As perspectivas de coesão e de novos espaços relacionais para os Açores assim o obrigam. Mas constitui também uma aposta proactiva, já que as opções a assumir em matéria de mobilidade e acessibilidade podem diferenciar a Região no contexto europeu e internacional e condicionam fortemente o modelo de ordenamento territorial das diferentes ilhas.

Os vectores de aposta da VISÃO são compatíveis com a sustentação futura dos Açores como:

REGIÃO RECONHECIDA PELOS SEUS RECURSOS E VALORES PATRIMONIAIS NATURAIS E PAISAGÍSTICOS ÚNICOS E IDENTITÁRIOS DO SEU TERRITÓRIO.

A visão é ainda tributária de uma perspectiva moderna da sustentabilidade, na qual se combinam as dimensões social, ambiental e económica.

É generalizado o reconhecimento europeu e mundial do relevante património biológico, geológico e paisagístico da RAA e de uma gestão ambiental de excelência, suportada em modelos que visem preservar a biodiversidade do meio ambiente e assegurar que a utilização dos recursos naturais é equitativa e ecologicamente sustentável. Estas são apostas fundamentais e transversais da Visão.

É necessário, no entanto, transformar esse reconhecimento em fonte de criação de valor, de rendimento e de atracção/ fixação de população jovem, assegurando a sustentabilidade a longo prazo dessa valia patrimonial e paisagística.

A Visão proposta enquadra assim a convergência para o mesmo objectivo de sustentabilidade de políticas regionais que conduzam a uma gestão criteriosa dos recursos com um envolvimento crescente da população, para a necessidade de preservação do património natural e construído e para a utilização sustentável dos recursos, resultando num factor de coesão territorial e num traço distintivo e de afirmação da Região.

Neste mesmo contexto, acresce a necessidade imperiosa de minimizar riscos de pessoas e bens associados às vulnerabilidades naturais da RAA, como premissa indissociável de uma política de ordenamento e de gestão dos recursos existentes e de racionalização da forma de ocupação e humanização dos territórios.

2.3. O sistema de VALORES

A VISÃO assenta num sistema de VALORES diferenciadores da Região e da matriz cultural fortemente identitária que a caracteriza.

SOLIDARIEDADE E COESÃO

A assumpção de valores mínimos territoriais em termos de condições de vida e de fixação de empregos nas diferentes ilhas do arquipélago constitui um valor irrenunciável ao qual o PROTA se associa.

EDUCAÇÃO

O valor da educação e a sua disseminação pelos diferentes agentes públicos e privados do desenvolvimento dos Açores materializa-se no período de vigência do PROTA na promoção do combate à iliteracia como um dos valores fundamentais da estratégia regional.

EXCELÊNCIA

A promoção de uma cultura de excelência nos domínios científico, alimentar, ambiental e do atendimento, sendo assumida como um valor da afirmação estratégica dos Açores nos diferentes espaços de competitividade que a Região disputa, aspira a transformar-se num factor de diferenciação da matriz identitária dos Açores do futuro.

SUSTENTABILIDADE

Trata-se de um valor já interiorizado e assumido pela generalidade dos Açorianos. A sua inclusão no sistema de valores do PROTA visa chamar a atenção para a necessidade de alargar o conceito a outros aspectos que não apenas o ambiental e paisagístico, designadamente aos aspectos da coesão social e institucional.

ABERTURA E TOLERÂNCIA À MUDANÇA SOCIAL

A Visão proposta para os Açores 2016 coloca a mudança social no centro das transformações necessárias, designadamente do ponto de vista da necessidade de acomodar socialmente um aumento decisivo da taxa de participação feminina no mercado de trabalho e a atracção de população do exterior com elevado nível de qualificação, colocando a RAA no roteiro nacional e internacional das trajectórias de qualificação profissional de população jovem. A sua assumpção como valor da estratégia explica-se pela necessidade de regular a sua disseminação no quadro da matriz identitária insular e da mudança social que tal objectivo implica.

A INSULARIDADE COMO VALOR CULTURAL

A construção de uma perspectiva cultural do mundo simultaneamente contemporânea e construída a partir da relação indissociável da insularidade e da diáspora açoriana constitui um dos desafios dos Açores do futuro.

A assumpção desta perspectiva como valor da estratégia regional traduzir-se-á na afirmação internacional diferenciada da Região e na valorização do património cultural e do património natural e ambiental como um todo indissociável.

2.4. Uma MISSÃO para o PROTA

Face a esta VISÃO e a este sistema de VALORES, ao PROTA cabe assumir uma MISSÃO que pode ser decomposta em três prioridades:

COMPATIBILIZAR AS IMPLICAÇÕES TERRITORIAIS DOS PRINCIPAIS DOCUMENTOS DE POLÍTICA REGIONAL SECTORIAL QUE CONFIGURAM O MODELO DE INTERVENÇÃO PÚBLICA GARANTE DO CENÁRIO REACTIVO TENDENCIAL

O cenário reactivo tendencial¹ correspondendo essencialmente ao modelo de intervenção pública mais recente, é fértil em documentos estratégicos de enquadramento de diferentes políticas sectoriais cujas implicações territoriais requerem compatibilização. Cabe ao PROTA a MISSÃO de tornar explícita uma leitura estratégica territorial de tais implicações.

CONSAGRAR POLÍTICAS TERRITORIAIS QUE POTENCIEM UMA APROXIMAÇÃO CONSISTENTE À VISÃO AÇORES 2016

O PROTA tem nesta perspectiva uma MISSÃO compatível com a ambição da VISÃO proposta. Trata-se de potenciar um novo ciclo de políticas territoriais susceptíveis de criar condições para, em conjunto com outras políticas regionais, viabilizar uma aproximação consistente e sustentada à Visão.

CONCRETIZAR MISSÕES E VOCAÇÕES ESPECÍFICAS PARA AS DIFERENTES ILHAS NO QUADRO DA VISÃO

A Visão proposta reforça-se na diversidade e não na defesa intransigente da homogeneidade de vocações para as diferentes ilhas. Coube ao PROTA, dada a sua margem de manobra, a MISSÃO de concertar ao longo dos seus trabalhos de elaboração, discussão e participação pública vocações específicas para as diferentes ilhas do arquipélago, enriquecendo pela diversidade a focagem dos trabalhos na Visão proposta.

¹ Foram analisados e desenvolvidos dois cenários de referência para a evolução tendencial do desenvolvimento da RAA.: cenário REATIVO TENDENCIAL (CRT) e cenário PROACTIVO SUSTENTÁVEL (CPS), tendo-se optado que a estratégia territorial enquadraria de modo flexível o desenvolvimento tendencial da RAA entre os dois referenciais – a manutenção do comportamento reactivo dos últimos anos e a aproximação o mais consistente possível a um modelo mais ambicioso de sustentabilidade do desenvolvimento.

2.5. A proposta de VISÃO face às opções estratégicas da RAA

A Visão proposta e oportunamente validada em sede de Comissão Mista de Coordenação tem um alcance vasto que transcende claramente o âmbito dos instrumentos de política e de planeamento territorial configuráveis em sede de PROTA.

No entanto, apesar do seu alcance, a proposta de VISÃO para a RAA é compatível e coerente com as opções de desenvolvimento que o Governo Regional tem definido em diferentes documentos.

Assim, cabe aqui recordar que a VISÃO que enquadra os trabalhos do PROTA converge claramente com as opções assumidas pela RAA para o próximo período de programação 2007-2013. Vale a pena recordar as opções assumidas para a componente FEDER (PROCONVERGÊNCIA) e FSE (PROEMPREGO).

A imagem sintetiza as grandes prioridades estratégicas e os objectivos globais do PROCONVERGÊNCIA que enquadra a programação FEDER na RAA no período 2007-2013.

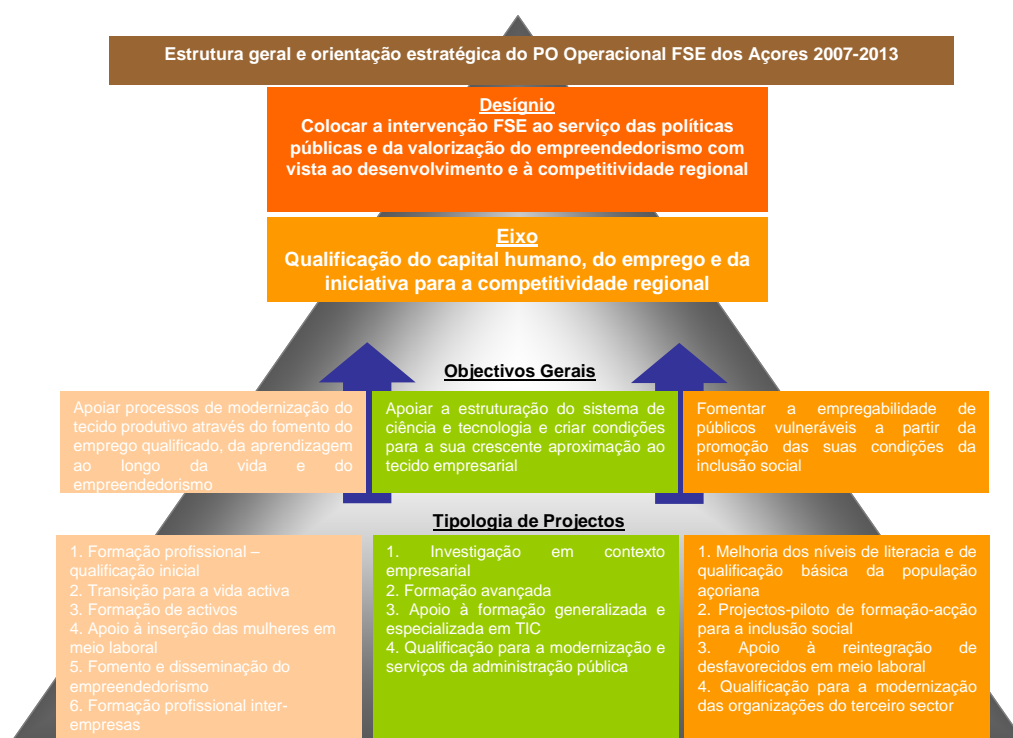
Figura 3
: Prioridades estratégicas e objectivos globais do PROCONVERGÊNCIA

PROCONVERGENCIA																	
Objectivo Comunitário	Promover a Convergência Real																
Prioridade estratégica	DINAMIZAR A CRIAÇÃO DE RIQUEZA E EMPREGO NOS AÇORES			QUALIFICAR E INTEGRAR A SOCIEDADE AÇORIANA		MELHORAR A ATRACTIVIDADE E A COESÃO DO TERRITÓRIO REGIONAL		COMPENSAR OS SOBRECUSTOS DA ULTRAPERIFICIDADE									
Objectivo geral	FOMENTAR E FACILITAR A ACTIVIDADE EMPRESARIAL		ALICERÇAR UMA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO		EDUCAR, FORMAR E INTEGRAR OS RECURSOS HUMANOS		MELHORAR AS ACESSIBILIDADES	PROMOVER SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	COMPENSAR AS OBRIGAÇÕES DE SERVIÇO PÚBLICO	COMPENSAR AS DESPESAS DE INVESTIMENTO							
Objectivo específico	Qualificar o investimento empresarial	Dinamizar as redes de infra-estruturas e de prestações de serviços às empresas	Apoiar a investigação na região	Fomentar iniciativas de I&D de contexto empresarial	Melhorar a acessibilidade e a utilização das TICs	Melhorar a eficiência administrativa	Modernizar a rede de equipamentos escolares	Valorizar o património cultural	Melhorar a rede de equipamentos desportivos e de lazer	Modernizar equipamentos de saúde	Modernizar a rede de equipamentos de protecção social	Requalificar a rede regional de infra-estruturas	Melhorar a eficiência e a segurança dos sistemas	Ordenar o território	Aumentar a cobertura da rede de infra-estruturas ambientais	Valorizar recursos e promover o equilíbrio ambiental	Melhorar sistemas de prevenção e gestão de riscos

Fonte: PROCONVERGÊNCIA, RAA

A imagem seguinte sintetiza as grandes prioridades estratégicas e os objectivos globais do PROEMPREGO.

Figura 4
: Prioridades estratégicas e objectivos globais do PROEMPREGO



Fonte: PROEMPREGO, RAA

No quadro seguinte, estabelece-se uma relação de correspondência entre as grandes opções e objectivos da programação FEDER e FSE e as apostas que configuram a visão PROTA.

Quadro 1

: Objectivos e programação FEDER e FSE

OPÇÕES E OBJECTIVOS PROGRAMAÇÃO FEDER E FSE	APOSTAS PROTA					
	Excelência científica e tecnológica	Destino turístico de referência	Diferenciação pela qualidade e conhecimento	Região de referência na relação TIC-ultraperifericidade e	Auto-suficiência e segurança energética	Acessibilidade e mobilidade em contexto de fragmentação territorial
Programação FEDER						
Fomentar e facilitar a actividade empresarial						
Alicerçar uma sociedade de informação e do conhecimento						
Educar, formar e integrar os recursos humanos						
Melhorar as acessibilidades						
Promover a sustentabilidade ambiental						
Compensar as obrigações de serviço público						
Compensar as despesas de investimento						
Programação FSE						
Apoiar processos de modernização do tecido produtivo através do fomento do emprego qualificado, da aprendizagem ao longo da vida e do empreendedorismo						
Apoiar a estruturação do sistema de ciência e tecnologia e criar condições para a sua crescente aproximação ao tecido empresarial						
Fomentar a empregabilidade de públicos vulneráveis						

Neste contexto, é compreensível que a proposta de modelo territorial incida preferencialmente nos sistemas estruturantes sobre os quais os instrumentos de política territorial têm um maior alcance de intervenção: sistemas produtivos, sistemas de protecção e valorização ambiental, sistemas urbano e rural e sistemas de acessibilidades e equipamentos.

Os restantes domínios de estudo aprofundados nos trabalhos do PROTA terão obviamente consequências e impactos sobre estes quatro sistemas e são, nessa medida, passíveis de regulação e controlo por via dos instrumentos de política territorial que o PROTA irá configurar. No entanto, a causalidade desses efeitos está dependente de outros instrumentos de política sobre os quais o planeamento territorial não terá praticamente influência.

Nessa medida, apresenta-se nas páginas seguintes uma leitura das implicações territoriais das principais opções estratégicas sectoriais assumidas no desenvolvimento dos trabalhos do PROTA, fazendo-o na perspectiva dos efeitos sobre os quatro já mencionados sistemas estruturantes.

2.6. O PROTA e a estratégia de desenvolvimento rural (Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 – PRORURAL)

O PRORURAL 2007-2013 configura a aplicação na RAA do FEADER cuja programação deixa neste período de integrar a componente dos Fundos Estruturais. Este instrumento, em conjugação com a programação da coesão e com a programação de medidas específicas no domínio agrícola a favor das RUP, constitui o principal instrumento de política sectorial com implicações territoriais no PROTA (principalmente ao nível de dois dos sistemas estruturantes do modelo territorial, designados por “sistemas produtivos” e por “sistemas de protecção e valorização ambiental”).

O quadro seguinte sintetiza a interacção entre os objectivos do PRORURAL e as apostas do PROTA.

A programação definida emerge como um instrumento decisivo para a qualificação e competitividade dos modos de produção intensiva dominantes em S. Miguel e Terceira e para os objectivos de disseminação, nas restantes ilhas, de modos de produção extensiva orientadas para estratégias de qualidade.

Quadro 2

: Objectivos e programação PRORURAL

OBJECTIVOS PRORURAL	APOSTAS PROTA					
	Excelência científica e tecnológica	Destino turístico de referência	Diferenciação pela qualidade e conhecimento	Região de referência na relação TIC-ultraperiferidade	Auto-suficiência e segurança energética	Acessibilidade e mobilidade em contexto de fragmentação territorial
Eixo 1 – Aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal						
Aumento dos conhecimentos e melhoria do potencial humano do sector agro-florestal						
Promoção da inovação e da qualidade e reestruturação e desenvolvimento das fileiras do sector agro-alimentar						
Melhoria das infra-estruturas de apoio à actividade agrícola e florestal						
Eixo 2 – Melhoria do ambiente e da paisagem rural						
Promoção da utilização continuada e sustentável das terras agrícolas						
Promoção da gestão sustentável das terras agrícolas						
Promoção da gestão sustentável das terras florestais						
Eixo 3 – Qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia rural						
Promoção da diversificação da economia e do emprego em meio rural						
Promoção da melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais						
Desenvolvimento de competências ao nível local						
Eixo 4 – LEADER						
Integração da abordagem LEADER na programação						

2.7. O PROTA e a estratégia de desenvolvimento sustentável para o sector das pescas na RAA

Tal como acontece a propósito da programação agro-florestal, também a programação das pescas para o período 2007-2013 se processa fora do contexto dos Fundos Estruturais.

Os objectivos conhecidos da programação estruturam-se em quatro eixos prioritários de intervenção:

- Adaptação da frota de pesca regional;
- Aquicultura, transformação e comercialização de produtos marinhos;
- Medidas de interesse geral;
- Desenvolvimento sustentável das zonas de pesca.

A relevância da programação do sector das pescas para a territorialidade das opções do PROTA observa-se essencialmente a três níveis:

- Em primeiro lugar, a programação define um conjunto de prioridades diversificadas que convergem com as apostas de diferenciação pela qualidade e conhecimento e de excelência que organizam a sustentabilidade futura do modelo de desenvolvimento açoriano e nas quais o PROTA se revê integralmente;
- Em segundo lugar, no eixo prioritário designado de medidas de interesse geral, estão definidas orientações em matéria de investimentos infra-estruturais cuja territorialidade é manifesta e que devem ser posteriormente integradas na programação de investimentos do PROTA; estão neste caso prioridades como a reforma da rede regional de portos, o melhoramento e renovação de lotas regionais e outros investimentos em infra-estruturas portuárias passíveis de melhorar a oferta de serviços localizados à actividade pesqueira;

- Em terceiro lugar, a pesca constitui um domínio de grande potencial de aplicação da excelência científica da Região, sendo tal contributo necessário à estratégia de sustentabilidade que deve atravessar o sector no próximo período de programação.

2.8. O PROTA e a estratégia de desenvolvimento sustentável para a RAA

Antecâmara do PReDSA

No momento em que a VISÃO de suporte aos trabalhos do PROTA foi proposta e validada e em plena fase de elaboração da proposta preliminar de modelo territorial, os trabalhos de base conducentes ao Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável eram representados pelo documento “Perspectivas para a Sustentabilidade na Região Autónoma dos Açores”.

É, por isso, em relação a esse documento que se analisam as relações entre a Visão proposta de modelo territorial e a estratégia de desenvolvimento sustentável.

Os trabalhos conducentes a esta última apostaram, como é conhecido, na formulação de cinco cenários regionais contrastados:

- A HOTELÂNDIA baseado no desenvolvimento turístico com quatro forças motrizes – a qualidade dos produtos regionais, a qualidade do património natural, a diferenciação do património cultural e os transportes aéreos e marítimos;
- A LACTOGENIA baseado na excelência do desenvolvimento agro-pecuário com as forças motrizes da qualidade dos produtos regionais, do potencial agro-pecuário, dos subsídios e políticas da União Europeia;
- A ECOTOPIA baseado na defesa e valorização do património natural com as forças motrizes dos recursos geotérmicos, da qualidade do património natural, da pressão sobre os recursos naturais e dos riscos geológicos e tectónicos;
- A SOCIOPÓLIS baseado na valorização da coesão social com as forças motrizes da população jovem, das ajudas da União Europeia, da educação;

- A INFOCRACIA baseado na aposta da sociedade da informação com as forças motrizes da posição geo-estratégica, da população jovem, da diáspora açoriana e da ultraperifericidade.

A Visão do PROTA e a sustentabilidade

Em primeiro lugar, tal como foi oportunamente referido a propósito da apresentação dos cenários de desenvolvimento que enquadram a projecção das opções territoriais, o PROTA não pode ser elaborado em função de cenários tão contrastados como os que constam do documento atrás assinalado. Estamos a falar de um instrumento de suporte à política de ordenamento territorial de um arquipélago para um período de vigência de aproximadamente uma década. Este instrumento, embora condicionado e definidor de uma estratégia territorial, necessita de ter a flexibilidade suficiente para acomodar cenários de evolução, alguns dos quais dependem decisivamente de instrumentos de política que não pertencem ao domínio das políticas territoriais. Por isso, defendemos oportunamente que o modelo territorial deveria ser concebido e ordenado em função dos dois cenários de referência – o *reactivo tendencial* que incorpora já uma significativa intervenção pública regional e o *proactivo sustentável* que configura um novo estágio de intervenção regional e, seguramente, a chamada ao processo de outras fontes de iniciativa que não apenas a de origem pública.

Em segundo lugar, o que define hoje a competitividade territorial é a capacidade de combinar recursos, gerando produtos, serviços e espaços de visibilidade e atractividade susceptíveis de não ser imitados a curto prazo e de assegurar a chamada diferenciação competitiva do território.

A sustentabilidade do desenvolvimento da RAA, condicionada por factores de inserção geo-estratégica irreversíveis (ver ponto 2.1.), está “condenada” a ser concretizada em função de combinações virtuosas dos recursos e forças motrizes que identificam os cinco cenários contemplados nos trabalhos preparatórios do PReDSA. Ora, o PROTA tem uma MISSÃO relevante a desempenhar na viabilização dessa combinação virtuosa.

Por isso, não pode ser concebido em função de cenários contrastados como os que foram anteriormente apresentados.

Em terceiro lugar, o que é determinante para compreender o alcance da VISÃO do PROTA em termos de sustentabilidade, é necessário referir que a sustentabilidade do modelo açoriano é indissociável dos objectivos de excelência científica e tecnológica.

Na perspectiva dos trabalhos do PROTA, o papel do sistema científico e tecnológico será determinante não só para minimizar forças motrizes (do tipo por exemplo dos riscos geológicos e tectónicos), mas também e fundamentalmente para valorizar recursos endógenos como forças motrizes de alguns dos cenários contemplados. Entre tais recursos podemos citar os recursos da geotermia e da energia eólica, a valorização de culturas alternativas em torno de modos de produção biológicos, os recursos marinhos e a criação de produtos regionais com maior valor acrescentado.

Assim, diremos que a SUSTENTABILIDADE de todos os cenários de enquadramento do PReDSA exige uma forte aposta no desenvolvimento e estruturação do sistema científico regional, aliás em curso e já materializado nas propostas de programação FEDER e FSE para o período 2007-2013. Para além disso, associa a essa perspectiva uma aposta de atracção de recursos humanos qualificados.

Concluindo, a proposta preliminar de modelo territorial para o PROTA está construída segundo uma base sólida de sustentabilidade e aposta numa perspectiva de competitividade territorial que combina virtuosamente forças motrizes dos diferentes cenários de enquadramento preliminar do PReDSA. Também por esta via, o PROTA surge devidamente articulado com a acção de governação regional, sendo essa coerência um factor fundamental de operacionalização das políticas regionais.

3. SISTEMAS ESTRUTURANTES E OPÇÕES DE MATRIZ SECTORIAL

3.1. Nota preliminar

De acordo com o quadro metodológico que orientou os trabalhos do PROTA, a proposta de modelo territorial constitui a síntese das implicações sobre o território do arquipélago de quatro sistemas estruturantes:

- Os sistemas produtivos;
- Os sistemas de protecção e valorização ambiental;
- Os sistemas urbano e rural;
- Os sistemas de acessibilidades e equipamentos.

As interacções que se observam entre estes quatro sistemas configuram o modelo territorial. No entanto, independentemente dessas interacções, os quatro sistemas representam domínios diferenciados da territorialidade do desenvolvimento da RAA:

- Os sistemas produtivos representam as principais fontes de geração de rendimento e de emprego, traduzindo a capacidade endógena de sustentação económica da Região;
- Os sistemas de protecção e valorização ambiental representam o quadro de referência biogeofísico do modelo territorial da Região;
- Os sistemas urbano e rural representam os padrões e as dinâmicas de ocupação urbana e de povoamento rural;
- Os sistemas de acessibilidades e equipamentos integram as redes de infra-estruturas, transportes, comunicações, energia e equipamentos colectivos.

Pela importância que estes sistemas assumem na espacialização do desenvolvimento e do ordenamento do arquipélago, as opções de matriz sectorial que o PROTA integra são apresentadas em função dos mesmos. Os quatro sistemas estruturantes são

apresentados em 36 cartogramas, ou seja quatro por cada uma das ilhas do arquipélago.

3.2. Sistemas produtivos

A espacialização dos sistemas produtivos açorianos manifesta-se no modelo territorial através dos seguintes aspectos:

- Incidência e evolução do sector agrícola e agro-alimentar;
- Tendências instaladas e perspectivas de qualificação e diversificação do desenvolvimento da fileira turística;
- Localização de actividades extractivas associadas à indústria da construção civil passíveis de regulação e ordenamento;
- Potencial de desenvolvimento de serviços de base urbana sobretudo em Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta, seja por articulações a montante e a jusante da fileira turística, seja em função do próprio potencial das dinâmicas urbanas desses três centros;
- Localização de infra-estruturas produtivas (existentes ou programadas em função de estratégias sectoriais validadas pelo PROTA), tais como: i) áreas de acolhimento empresarial necessárias ao reordenamento de áreas urbanas e/ou à atracção de novas actividades industriais; ii) parques tecnológicos; iii) áreas de concentração de serviços avançados à actividade produtiva, designadamente às actividades agrícola, agro-florestal e agro-alimentar;
- Distribuição espacial da massa e da estrutura do emprego por concelho, entendida como uma síntese das implicações territoriais dos sistemas produtivos, seja na perspectiva da representação de dinâmicas instaladas, seja ainda na materialização das principais apostas assumidas e recomendadas pela estratégia do PROTA;

- Outras opções de matriz sectorial consideradas relevantes para a territorialidade dos sistemas produtivos da RAA.

Sector agro-florestal e agro-alimentar

As opções estratégicas de matriz sectorial estão consignadas no respectivo Estudo de Fundamentação Técnica e oportunamente integradas no capítulo de OPÇÕES validado em sede de CMC.

O enunciado dessas opções tem em conta a tipologia de modelos de integração da actividade agro-florestal com a restante actividade económica identificáveis no arquipélago (ISA, 1998):

- S. Miguel e Terceira configuram uma tipologia em que a existência de agricultura profissionalizada e competitiva coexiste com a presença relevante de actividade económica não agrícola;
- S. Jorge constitui um exemplo de presença relevante de agricultura profissionalizada e competitiva e de reduzida incidência de actividade não agrícola;
- Santa Maria e Faial configuram uma tipologia de fraca presença de actividade agrícola competitiva e de forte incidência de actividade não agrícola;
- Finalmente, o Corvo, a Graciosa, as Flores e o Pico representam uma tipologia de fraca presença de agricultura competitiva e de actividade não agrícola, merecendo o Pico atenção particular dada a existência de focos pontuais de agricultura competitiva.

Neste pano de fundo, a estratégia do PROTA tem em conta principalmente as seguintes opções de matriz sectorial:

- Valorização das condições de sustentabilidade e de maximização da incorporação de valor regional nas produções intensivas de leite e de carne nas ilhas de S. Miguel e da Terceira, com: i) melhoria das condições de compatibilização de capacidade de uso do solo agrícola e florestal e da sua

- ocupação efectiva; ii) melhoria das condições de refrigeração do leite em condições de transumância e de sedentarização; iii) selecção criteriosa de zonas de pastagem; iv) reforço das condições de exploração de oportunidades de exploração em regime de modo de produção biológico, a qual apresenta em S. Miguel a maior diversidade e na Terceira tende a evoluir para um perfil de especialização de frutos frescos; v) selecção criteriosa de espécies animais em relação com os objectivos de produção e condições de pastagem; vi) maior incorporação de conhecimento científico e técnico na geração de produções mais diversificadas e de maior valor acrescentado;
- Conservação e valorização do património florestal regional como bem essencial ao ordenamento do território e da paisagem e como um dos pilares centrais do desenvolvimento rural sustentável. Considerando a sua especificidade, a política florestal regional deverá ser objecto de regulamentação específica, atendendo à necessidade de compatibilizar as diferentes funções da floresta com a necessidade de protecção ambiental e a sua complementaridade nos sistemas agro-florestais.
 - Valorização e diversificação da produção de queijo em S. Jorge com as correspondentes implicações em matéria de condições de produção de leite e reforço das condições de exploração em modo de produção biológico, fortemente dominada pela produção pecuária;
 - Nas restantes ilhas, a estratégia do PROTA integra as seguintes opções de matriz sectorial: i) Maximização das condições de aplicação das ajudas comunitárias que relevam do 2º Pilar da PAC com relevância para a generalização do acesso às medidas agro-ambientais e para a disseminação das práticas LEADER; ii) Aposta em produções extensivas de alta qualidade e no aumento da actividade de produção de carne em modo extensivo; iii)

Implementação progressiva de estratégias do tipo “Ilhas com Vida”² com generalização de projectos de turismo rural e promoção de paisagens naturais e culturais; iv) Exploração de oportunidades de modos de produção biológica; v) Criação de unidades de extensão tecnológica e científica em cada uma das ilhas tendentes a disseminar conhecimento relevante junto de produtores e das explorações; vi) Promoção de sistemas agro-florestais de alto valor ecológico combinados com produção agro-pecuária extensiva.

Qualificação e diversificação do desenvolvimento da fileira turística

Neste domínio, o PROTA integra a estratégia definida no âmbito do Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA). A territorialidade dessas opções consta da já mencionada representação cartográfica própria, nela se diferenciando as áreas de vocação turística definidas em sede de PDM e validadas pelo POTRAA e as que resultam da iniciativa deste último.

Complementarmente, representa-se cartograficamente a capacidade de alojamento hoteleiro por concelho (o único indicador disponível que não é penalizado por questões de sigilo estatístico) e os trabalhadores por conta de outrem empregados no sector do alojamento e da restauração.

Como opções de matriz sectorial que o PROTA integra na formulação da proposta de modelo territorial devem mencionar-se as seguintes:

- Valorização das condições de garantia de sustentabilidade ambiental das principais áreas de ocupação turística;
- Definição de um cenário objectivo de 16 500 camas para 2016 com aumento da taxa de permanência média, acomodável com a oferta de capacidade hoteleira recentemente instalada ou programada, com reequilíbrio da oferta de

² Estratégia de desenvolvimento de actividades complementares com exploração de novos produtos e serviços com marca territorial e procura selectiva, susceptíveis de ser acolhidos por modalidade de turismo rural, de natureza e descoberta.

alojamento entre as diferentes ilhas, promovendo o aumento da oferta hoteleira e do turismo em espaço rural nas ilhas de menor dimensão em estreita articulação com: i) melhoria das condições de acessibilidade a essas ilhas; ii) melhoria dos níveis de atendimento e qualidade dos serviços de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e gestão de resíduos; iii) promoção e valorização de produções extensivas de alta qualidade; iv) fixação de recursos humanos jovens com maior nível de instrução e formação profissional;

- Disseminação de capacidade de empreendimento em matéria de animação, informação e coordenação/organização da oferta turística;
- Criação de condições para a disseminação de campos de golfe nas ilhas de menor dimensão como factor de atracção de segmentos da procura turística.

Actividade extractiva

Nas condições de insularidade e fragmentação territorial da RAA, as actividades de aproveitamento de recursos minerais não metálicos, embora tendam a perder peso relativo em termos de valor acrescentado e de emprego, continuarão a ter uma presença física relevante no território que interessa regular e enquadrar do ponto de vista da sustentabilidade ambiental e das condições de acessibilidade, mobilidade e circulação de materiais.

Na representação cartográfica respeitante à componente “Sistemas Produtivos” do Modelo Territorial identificam-se as explorações existentes e as áreas definidas como prioritárias para a gestão dos recursos minerais para a Região no estudo de *Prospecção e Avaliação de Recursos Minerais dos Açores* da Arena, de 2007, que, pela sua magnitude e relevância na oferta regional, exigirão intervenções e normas específicas.

No estudo da Arena (2007) foram ainda identificadas as explorações abandonadas e/ou desactivadas e não recuperadas, bem como as localizadas em zonas sensíveis, críticas ou de relevante interesse para a gestão territorial para as quais importará adoptar medidas correctivas tendentes a minimizar o impacto ambiental e paisagístico que serão equacionadas no âmbito dos sistemas de protecção e valorização ambiental.

Potencial de desenvolvimento de serviços de base urbana

Esta componente dos sistemas produtivos articula-se decisivamente com a dos sistemas urbano e rural e com a estrutura de distribuição territorial do emprego no arquipélago.

Na estratégia do PROTA, distinguem-se essencialmente três situações:

- As cidades que constituem portas de internacionalização do arquipélago e acolhem estruturas universitárias e serviços avançados às empresas (Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta) apresentam o maior potencial de desenvolvimento de serviços de base urbana; esse potencial é ainda reforçado pela forte correlação entre o desenvolvimento turístico e o sistema urbano da Região. Esta correlação vem sendo fortalecida pelo aumento da capacidade de oferta hoteleira e tenderá a acentuar-se no período de vigência do PROTA.
- Nas ilhas de S. Miguel e da Terceira, com sistemas urbanos mais dinâmicos, há que ponderar a geração de complementaridades entre o estatuto de portas de internacionalização de Ponta Delgada e da Terceira com o potencial de dinâmica urbana de Lagoa, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo (particularmente as duas primeiras) e da Praia da Vitória; o desenvolvimento a montante e a jusante de serviços e actividades complementares da fileira do turismo, além de favorecer o desenvolvimento urbano das principais portas de internacionalização da Região, tenderá a repercutir-se também naqueles centros urbanos;

- Nas restantes ilhas, o potencial de desenvolvimento de serviços de base urbana, embora bastante menos significativo, é mais claro nos centros urbanos que constituem a única sede de concelho da ilha (Vila do Porto, Vila Nova do Corvo e Santa Cruz da Graciosa) do que nas restantes situações. Nestas últimas, embora se registem, no período mais recente, dinâmicas diferenciadas de crescimento, estabilidade e mesmo declínio, o potencial de oferta de serviços de base urbana tenderá sempre a ser partilhado (Velas e Calheta em S. Jorge, Santa Cruz das Flores e Laje das Flores nas Flores, Madalena, Lajes do Pico e S. Roque no Pico).

Infra-estruturas produtivas

A estratégia do PROTA integra três componentes.

Em primeiro lugar, prevê a criação de novas zonas de acolhimento empresarial.

Embora as indústrias transformadoras consumidoras de espaço urbano não apresentem, previsivelmente, no modelo de desenvolvimento açoriano uma expressão muito representativa, a estratégia preconizada para a valorização do sistema urbano da Região exigirá a implementação criteriosa de uma política selectiva de áreas complementares de acolhimento empresarial. Objectivos já enunciados, em fases anteriores do trabalho, de privilegiar a nucleação dos aglomerados urbanos e de promover a contiguidade e o efeito de compactação das áreas de expansão urbana, serão melhor concretizados libertando alguma indústria urbana para melhores condições de localização e de articulação com a rede viária.

Em segundo lugar, a política de valorização da disseminação de conhecimento científico e tecnológico na Região tenderá a criar a necessidade de aglomeração de iniciativas orientadas nessa direcção.

A criação de espaços de acolhimento empresarial para “start-up’s” de conteúdo e incorporação de conhecimento científico e tecnológico deverá constituir uma outra

componente da estratégia urbana. Embora não haja ainda pronunciamento do Governo Regional quanto a esta matéria, a aposta na excelência científica e tecnológica não poderá deixar de traduzir-se na dinamização de novas empresas associadas. A proximidade e a boa conexão com os principais centros urbanos, bem como a integração com as unidades mais representativas do potencial científico e tecnológico existente constituem critérios essenciais a ter em conta na localização de tais espaços.

Deve referir-se que as actividades agro-alimentares, designadamente em torno da valência regional “leite”, deverão integrar também estas infra-estruturas de base tecnológica. Estas não devem apenas abranger domínios de diversificação, mas também de incorporação de conhecimento nos sectores de especialização já implantados.

O eixo Ponta Delgada – Lagoa e o em torno da influência próxima da Universidade dos Açores em Angra do Heroísmo e na Horta constituirão opções preferenciais de tais apostas.

Em terceiro lugar, nas ilhas mais pequenas e na envolvente dos seus centros urbanos de maior dinâmica e potencial, propõe-se a criação de unidades tecnológicas de disseminação e extensão de conhecimento técnico e científico ao serviço da valorização de produções extensivas de alta qualidade, designadamente organizadas em sistemas de produção biológica.

Distribuição espacial do emprego

A territorialidade das opções de matriz sectorial que o PROTA deve integrar encontra na distribuição espacial do emprego um indicador de síntese.

A construção de um indicador de massa e de densidade de emprego por concelho (unidade espacial mais descentralizada disponível) obedeceu a uma série de cálculos que importa explicitar para compreender o alcance da representação:

- Com base nos Quadros de Pessoal 2005 da RAA calculou-se o emprego não agrícola (indústria mais serviços) por concelho;
- Com base em informação disponibilizada ou disponível em fontes oficiais da RAA, calculou-se por concelho o emprego da administração local e da administração pública regional (Governo Regional).

Trata-se de um indicador imperfeito do emprego regional na medida em que não integra o emprego agrícola (auto-emprego e trabalhadores agrícolas por conta de outrem), o auto-emprego industrial e terciário não constante dos Quadros de Pessoal e eventuais empregos de serviços da Administração Central Portuguesa existentes na RAA. De qualquer modo, constitui uma informação representativa dada a inclusão do emprego público regional e local.

Os dados de massa e densidade de emprego não agrícola são representados cartograficamente por ilha e concelho, sendo ainda completados pelos seguintes indicadores:

- Peso do emprego público (local e regional) no emprego não agrícola;
- Peso do emprego por conta de outrem em alojamento e restauração no emprego não agrícola (indicador de relevância turística);
- Peso do emprego por conta de outrem nos serviços às empresas (classes J e K dos Quadros de Pessoal) no emprego não agrícola (indicador de novas tipologias de serviços urbanos).

Atracção de população qualificada

Em matéria de opções sectoriais a reter pela estratégia do PROTA, só na política científica e tecnológica foram identificados instrumentos de resposta pró-activa ao cenário de atracção de população qualificada, designadamente de novos quadros para o sistema científico e tecnológico.

Esta opção tenderá necessariamente a projectar-se na atractividade de Ponta Delgada, em primeira linha e, em segunda linha, na atractividade de Angra do Heroísmo e da Horta. Estas cidades, na medida em que concentram os centros de ciência e tecnologia, serão naturalmente os focos de residência potencial do efeito imigratório pretendido. Para além disso, os contextos de urbanidade e de cosmopolitismo, também fundamentais para a atracção desses recursos, beneficiam preferencialmente aqueles centros.

Impacto das infra-estruturas de transporte nos sistemas produtivos

Nas condições de insularidade e de fragmentação do mercado interno regional, a evolução desejável dos sistemas produtivos da Região é largamente tributária das opções de política de transportes. Assim:

- Devem ser favorecidas todas as possibilidades de modernização e /ou expansão de zonas portuárias e aeroportuárias, consideradas fundamentais para assegurar aos sistemas produtivos da Região as melhores condições possíveis de conexão regional, nacional e internacional e de segurança no abastecimento;
- É crucial a melhoria acentuada das condições de transporte aéreo e marítimo entre ilhas, compatível com a distribuição mais equilibrada da procura turística por todas as ilhas da Região.

Desenvolvimento turístico e interpretação do território

A territorialidade das opções de desenvolvimento turístico exige dois tipos de opções:

- A consolidação da fileira do desenvolvimento turístico requer ainda um esforço de investimento significativo em matéria de sinalização turística, ordenamento e valorização territorial de áreas turisticamente relevantes, incluindo a definição de

percursos pedestres e cicláveis, de modo a tornar o território um verdadeiro centro interpretativo dos recursos da região e a promover a cooperação entre investimento regional e local;

- Como corolário da orientação anterior, considera-se imprescindível a generalização de equipamentos e locais de interpretação de recursos turísticos, designadamente com base nas novas tecnologias de informação e comunicação.

Políticas de coesão sócio-territorial

A componente do emprego/qualificação/formação constituirá uma intervenção nuclear das políticas de coesão sócio-territorial. Na perspectiva do PROTA, a valorização do sistema biogeofísico e do seu património natural e cultural constitui uma fonte relevante de fixação de emprego e população jovem, desde que formada à medida das oportunidades entretanto emergentes.

Assim, a disseminação de novas tipologias de produtos turísticos baseada na valorização do património natural e rural deve constituir-se como um dos processos fundamentais de fomento e fixação do emprego jovem nas ilhas com menor dinâmica demográfica.

Esta medida de política deve ser combinada com objectivos de diversificação de produtos agrícolas, associando turismo rural, de descoberta e de natureza segundo uma linha de valorização de produtos regionais que encontrarão na população visitante a sua primeira linha de consumidores.

A segunda grande exigência que as políticas sócio-territoriais veiculam prende-se com a utilização das tecnologias de informação e comunicação como grande instrumento de melhoria de acesso à informação, logo com contributo positivo para uma sociedade inclusiva.

A criação de condições para que escolas básicas e secundárias e escolas profissionais sejam dotadas de boas condições de redes de comunicações e de acesso à INTERNET

constituirá, conjuntamente com preocupações idênticas para instituições de âmbito social, cultural e recreativo, um instrumento decisivo de política inclusiva. Essa importância será tanto mais relevante quanto menos acessível for o território de acolhimento de tais instituições. Daí que nas seis ilhas que não estão associadas a portas de internacionalização, as TIC assumam uma forte relevância em termos de minimização da perifericidade física.

Eficiência e autonomia energéticas

As condições de insularidade e de fragmentação territorial determinam que as questões de eficiência e de autonomia energética revistam para os sistemas produtivos da Região uma forte relevância no sentido de redução de vulnerabilidades e de ganhos de competitividade.

Um dos factores a considerar respeita à matéria da segurança no abastecimento.

No que respeita às fontes tradicionais de energia e de acordo com cálculos realizados com base no indicador LOLE (Loss of Load Expectation), que traduz o compromisso entre o risco de não garantir a cobertura das pontas de procura e o nível de investimentos associados à expansão do sistema electroprodutor, são identificáveis necessidades de melhoria progressiva de qualidade de serviço, na sequência da emergência de requisitos mais exigentes para a qualidade de serviço, impostas pela regulamentação e regulação do sector eléctrico. Essas necessidades são mais evidentes nas ilhas de Santa Maria, S. Jorge, Pico e Faial.

Em matéria de aproveitamento de fontes endógenas de produção de energias renováveis devem mencionar-se as seguintes opções:

- Valorização das centrais geotérmicas do Pico Vermelho e da Ribeira Grande em S. Miguel bem como do projecto de exploração geotérmica na Ilha Terceira, com as correspondentes implicações em termos de normas de protecção e ordenamento dos espaços envolventes;

- Valorização dos parques eólicos actualmente existentes nas ilhas de Santa Maria, Graciosa, S. Jorge, Faial, Flores e Pico e dos parques projectados para as ilhas de S. Miguel e Terceira com as correspondentes normas de ordenamento, protecção e salvaguarda das áreas envolventes;
- Consideração da plataforma de valorização de energia das ondas no Pico, que constitui a única ilha com potencial de penetração nesta modalidade de energia renovável;
- Valorização do potencial de energia hídrica na ilha das Flores dada a sua relevância numa ilha que apresentava, em 2003, o maior nível de penetração de potência renovável instalada na RAA (50%) e em S. Miguel;
- Promoção da produção de energia eléctrica e biocombustíveis por via de soluções tecnológicas baseadas na valorização orgânica de resíduos urbanos, lamas de ETAR e efluentes agropecuários;
- Promoção da instalação de equipamentos de aproveitamento solar (fotovoltaico e térmico) e mini-eólicas em edifícios, quando as condições edafoclimáticas o permitirem, de forma a incentivar a sustentabilidade e eficiência energética do parque habitacional.

Representação cartográfica

A correcta interpretação da representação cartográfica dos sistemas produtivos requer que se tenha em conta a natureza da informação que foi objecto de territorialização.

Tal como foi anteriormente referido, a informação correspondente aos domínios que integram os sistemas produtivos apresenta um grau insuficiente de georeferenciação. Por isso, foi necessário encontrar alternativas e, em alguns casos, recorrer a informação simbólica. Tal como se aplica aos restantes sistemas estruturantes, a representação contém elementos de situação e elementos de proposta que resultam

da estratégia territorial de viabilização do cenário pró-activo sustentável que suporta os trabalhos do PROTA.

Assim, por exemplo, a impossibilidade de dispor de informação georeferenciada respeitante às produções e emprego do sector agroflorestal determinou uma representação que utiliza preferencialmente a informação respeitante a usos efectivos e capacidades de uso.

A territorialização das áreas afectas aos sistemas agrícola e agro-florestal teve por base as áreas integradas na Reserva Agrícola Regional (RAR) e a carta de capacidade de uso do solo do arquipélago; assim, o sistema agrícola cartografado corresponde aos solos da RAR e ainda aos restantes solos integrados nas classes definidas como “uso arável “ (classes I, II, III e IV); o sistema agroflorestal corresponde a uma capacidade de utilização designada *pastagem melhorada e pastagem natural e/ou floresta*, que corresponde a solos classificados nas classes V e VI; são, ainda, cartografados os perímetros de ordenamento agrário que correspondem às áreas delimitadas e publicadas onde se têm verificado os mais significativos investimentos no sector.

A representação do sector do turismo combina elementos provenientes do POTRAA com indicadores de capacidade de alojamento e de emprego por conta de outrem no sector do alojamento e restauração, sendo estes últimos reportados às sedes de concelho; dificuldades determinadas pelo sigilo estatístico impedem a representação de outros indicadores para além da capacidade de alojamento. Relativamente às apostas realça-se a proposta de reforço na *diversidade* deste sector no município de Ponta Delgada, ou seja a orientação de reforçar as diferentes tipologias turística ao nível concelhio, invertendo a tendência verificada na última década de concentração do alojamento turístico na cidade.

As actividades extractivas surgem representadas no modelo através de dois tipos de explorações – as indústrias extractivas em exploração e que não suscitam nenhum problema de integração ambiental e as áreas definidas como prioritárias para a gestão dos recursos minerais muitas vezes associadas a medidas de integração ambiental. Embora representadas por símbolos, a sua identificação está georeferenciada.

No que respeita à informação simbólica, cabe ainda mencionar que a representação indica ainda a nível de símbolos reportados às sedes concelhias informação respeitante ao peso do emprego público (local + regional) e ao peso do emprego por conta de outrem nos sectores de serviços às empresas (classes J+K) da classificação de sectores; com esta informação, combina-se numa representação simbólica dois aspectos fundamentais da estrutura do emprego: a dependência face ao emprego público e as dinâmicas emergentes de serviços às empresas; sobre estes indicadores simbólicos, formulam-se propostas de tendências de reorientação (expansão ou estabilização), em função do papel que lhes cabe desempenhar na cenarização de desenvolvimento que suporta os trabalhos do PROTA.

Em matéria de infra-estruturas produtivas e tecnológicas, a informação representada combina as propostas de áreas de acolhimento empresarial existentes a nível de PDM já validados com propostas de uma nova família de infra-estruturas: as tecnológicas destinadas à valorização empresarial de conhecimento científico existente e valorizável na RAA e áreas de serviços de assistência técnica e científica aos modelos de produção intensiva de leite e carne e aos modelos de produção biológica e de produção extensiva cuja disseminação é proposta para as ilhas de menor dimensão.

Estas opções de representação pressupõem dois argumentos: primeiro, que a territorialidade da evolução previsível da indústria transformadora se mede sobretudo pelas novas áreas de acolhimento empresarial e pelas novas infra-estruturas produtivas; segundo, que a evolução previsível dos serviços acompanha de perto a evolução do sistema urbano.

Finalmente, tendo em conta a sua importância para a estrutura produtiva da RAA, o modelo integra ainda a territorialização dos portos da Região das classes A, B, C e D.



Sistema agrícola

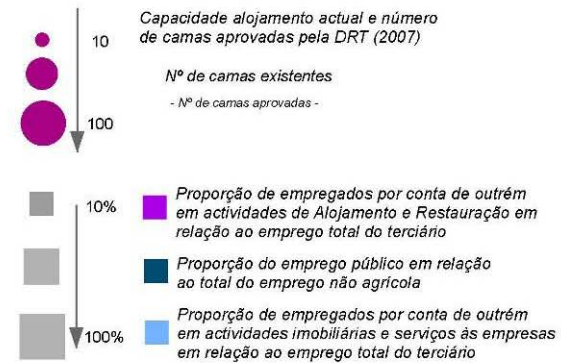
- Reserva Agrícola Regional
- Outros solos com capacidade agrícola

Sistema agro-florestal

- Solos com capacidade agro-florestal

Actividade extractiva

- Extracção de inertes (em actividade total ou parcial)
- Áreas Prioritárias de Gestão de Recursos Minerais

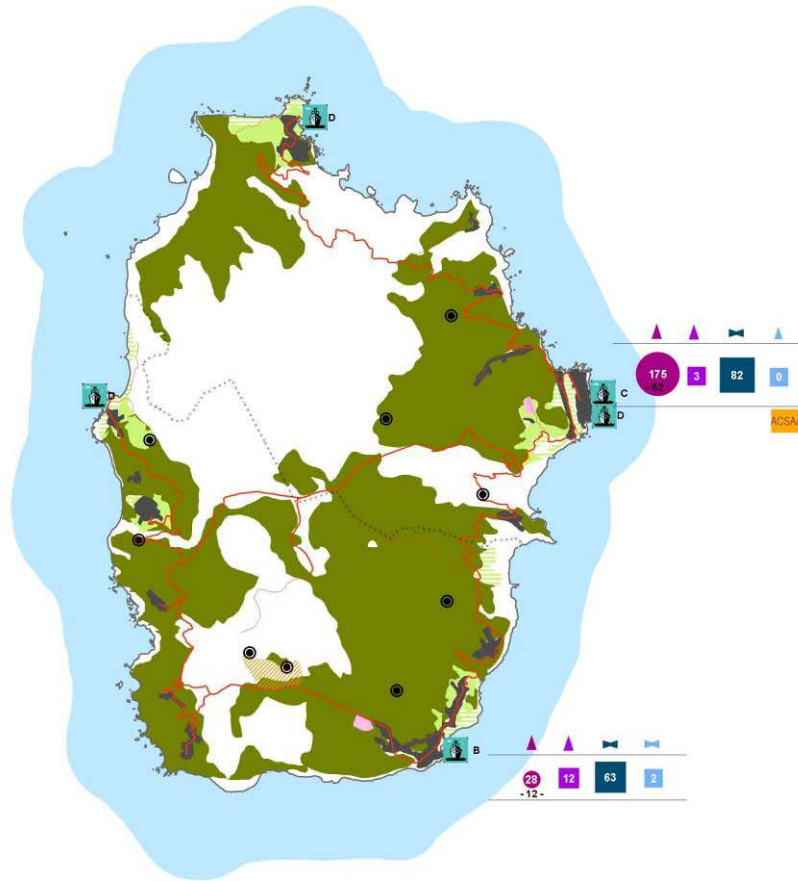


- Apostas**
- Reforço
 - Regressão
 - Estabilidade

Outra simbologia

- Áreas Urbanas
- Áreas Industriais
- Estrada Regional 1ª
- Estrada Regional 2ª
- Estrada Municipal
- Porto classe





Sistema Agrícola

- Reserva Agrícola Regional
- Outros solos com capacidade agrícola

Sistema Agro-florestal

- Solos com capacidade agro-florestal

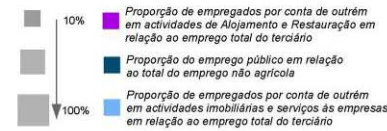
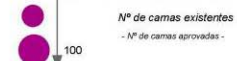
Áreas de concentração de serviços avançados à actividade produtiva

- ACSAAAP

Actividade extractiva

- Extracção de inertes (em actividade total ou parcial)
- Áreas Prioritárias de Gestão de Recursos Minerais

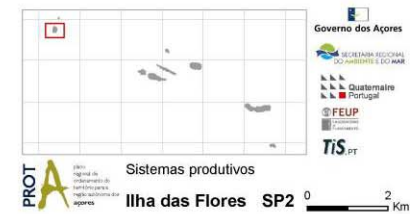
Capacidade alojamento actual e número de camas aprovadas pela DRT (2007)



- Apostas**
- ▲ Reforço
 - ▼ Regressão
 - ◄ Estabilidade

Outra simbologia

- Áreas Urbanas
- Áreas Industriais
- Estrada Regional 2ª
- Estrada Municipal
- Porto
- classe
- +++ Limite do concelho





Sistema agrícola

- Reserva Agrícola Regional
- Outros solos com capacidade agrícola

Sistema agro-florestal

- Solos com capacidade agro-florestal

Perímetros de ordenamento agrário

- POA

Parque tecnológico

- P. Tecnol.

Actividade Extractiva

- Extracção de inertes (em actividade total ou parcial)
- Áreas Prioritárias de Gestão de Recursos Minerais

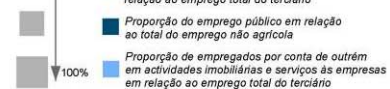
Desenvolvimento turístico

- Espaços específicos de vocação turística (POTRAA e PDMs)

Capacidade alojamento actual e número de camas aprovadas pela DRT (2007)



Proporção de empregados por conta de outrem em actividades de Alojamento e Restauração em relação ao emprego total do terciário



Proporção do emprego público em relação ao total do emprego não agrícola



Proporção de empregados por conta de outrem em actividades imobiliárias e serviços às empresas em relação ao emprego total do terciário



Apostas

- Reforço
- Regressão
- Estabilidade

Outra simbologia

- Áreas Urbanas
- Áreas Industriais
- Estrada Regional 1ª
- Estrada Regional 2ª
- Estrada Municipal
- Porto classe







- Sistema agrícola**
- Reserva Agrícola Regional
 - Outros solos com capacidade agrícola
- Sistema agro-florestal**
- Solos com capacidade agro-florestal
- Perímetros de ordenamento agrícola**
- POA
- Áreas de concentração de serviços avançados à actividade produtiva**
- ACSAAP
- Actividade extractiva**
- Extracção de inertes (em actividade total ou parcial)
 - Áreas Prioritárias de Gestão de Recursos Minerais
- Desenvolvimento turístico**
- Espaços específicos de vocação turística
- Capacidade alojamento actual e número de camas aprovadas pela DRT (2007)**
- Nº de camas existentes
 - Nº de camas aprovadas
- Proporção de empregados por conta de outrem em actividades de Alojamento e Restauração em relação ao emprego total do terciário**
- Proporção do emprego público em relação ao total do emprego não agrícola**
- Proporção de empregados por conta de outrem em actividades imobiliárias e serviços às empresas em relação ao emprego total do terciário**
- Apostas**
- Reforço
 - Regressão
 - Estabilidade

- Outra Simbologia**
- Áreas Urbanas
 - Áreas Industriais
 - Estrada Regional 2ª
 - Estrada Municipal
 - Porto classe
 - Limite do concelho

Ilha de São Jorge SP5

0 2 Km

PROTA

Sistemas produtivos

Ilha de São Jorge SP5

Sistema agrícola

- Reserva Agrícola Regional
- Outros solos com capacidade agrícola

Sistema agro-florestal

- Solos com capacidade agro-florestal

Perímetros de ordenamento agrário

- POA

Áreas de concentração de serviços avançados à actividade produtiva

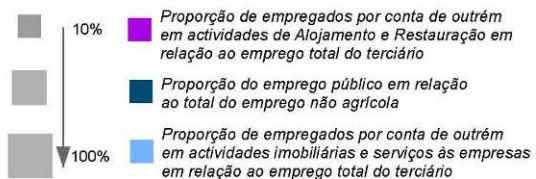
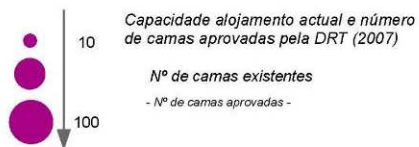
- ACSAAP

Actividade extractiva

- Extracção de inertes (em actividade total ou parcial)
- Áreas Prioritárias de Gestão de Recursos Minerais

Desenvolvimento turístico

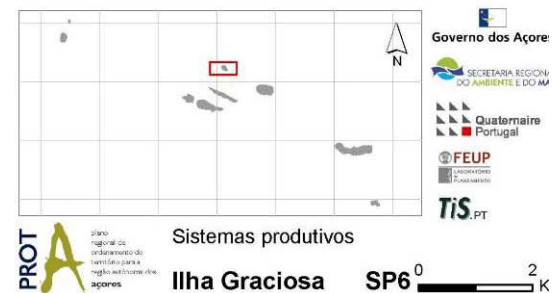
- Espaços específicos de vocação turística



- Apostas**
- Reforço
 - Regressão
 - Estabilidade

Outra simbologia

- Áreas Urbanas
- Áreas Industriais
- Estrada Regional 2ª
- Estrada Municipal
- Porto classe







Sistema agrícola

- Reserva Agrícola Regional
- Outros solos com capacidade agrícola

Sistema agro-florestal

- Solos com capacidade agro-florestal

Áreas de concentração de serviços avançados à actividade produtiva

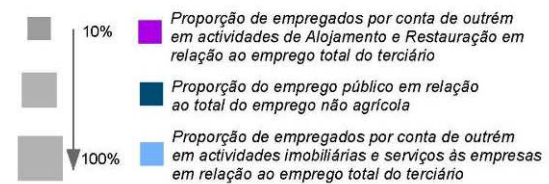
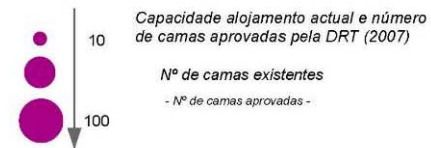
- ACSAAP

Actividade extractiva

- Extracção de inertes (em actividade total ou parcial)
- Áreas Prioritárias de Gestão de Recursos Minerais

Desenvolvimento turístico

- Espaços específicos de vocação turística



- Apostas**
- Reforço
 - Regressão
 - Estabilidade

- Outra simbologia**
- Áreas Urbanas
 - Áreas Industriais
 - Estrada Regional 2ª
 - Estrada Municipal
 - Porto classe

